



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Estado, burguesia e sociedade civil no Brasil recente: o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2010)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
André Pereira Guiot	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O trabalho propõe trazer os resultados da pesquisa sobre a presença das frações do capital no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Criado em janeiro de 2003, o CDES é uma agência estatal formuladora de políticas públicas voltada ao propalado “desenvolvimento sustentável” e promotora de um discurso de “concertação” entre as distintas lideranças da sociedade civil que o compõem. A pesquisa revela, contudo, a participação esmagadora de entidades e associações empresariais no interior do Conselho. Desvenda, outrossim, as frações do capital em presença (industriais, agroindustriais, financeiras, comerciais e de serviços), bem como de seus principais setores, e a composição do capital dos grupos econômicos segundo a origem dos investimentos. Tudo isso nos permite enxergar a ampliação seletiva do Estado brasileiro sob os governos Lula da Silva e, dentre outros caminhos analíticos, rechaçar a hipótese de sua democratização.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
CDES; Estado ampliado; Burguesia; Democracia			
ABSTRACT			
<p>This paper aims to show the results of the research that shows the fractions of the money in the Council to the Social and Economical Development. Created in January of 2003, the CSED is a State agency that formulates public policies that aims the sustainable development and is a promoter of a "concertación" discourses among distinct Civil society leadership. This research reveals, however, an important participation of the private entrepreneur 's and associations inside the Council. It shows the presence of money coming from industries, agribusiness, financial companies and others, as well as their various sectors. All this will only show the ample selectiveness of the Brazilian State under Lula da Silva's government and among other things, repel the hypothesis of his democratization.</p>			
KEYWORDS			
CSED; amplified State; Burgess; Democracy			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

1) Apresentação e hipóteses

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um órgão do aparelho estatal criado em 1º janeiro de 2003 pela medida provisória nº 103, na ocasião da posse de Lula da Silva na Presidência da República. Regulamentado pela lei 10.683/03, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico (SEDES) que tinha como um dos objetivos “coordenar e secretariar o funcionamento do CDES, visando promover a articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento capaz de configurar um novo e amplo contrato social”.¹

De acordo com o marco legal, compunha a plenária do CDES, além do Presidente, 17 ministros de Estado e 90 representantes da sociedade civil (conselheiros), “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução”.² Como órgão *consultivo* da Presidência, as plenárias realizavam-se quatro vezes ao ano e combinavam temas apresentados pelo governo e pelos conselheiros. Os conselheiros apareciam como “parceiros estratégicos”, aptos a efetuar consensos com vistas a realização das reformas e de um projeto de desenvolvimento com inclusão (BRASIL, 2003). Os objetivos legais do CDES foram definidos no artigo 8º da MP nº 103/2003:

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados.³

O presente trabalho tem como intuito apresentar e testar duas hipóteses de pesquisa acerca do CDES. Não se pode, contudo, tomá-las de forma separada sem a perda do entendimento do projeto de hegemonia que se está construindo no país desde o ingresso do PT na esfera estatal de poder. Tais hipóteses remetem, necessariamente, à complexa e espinhosa reflexão entre capitalismo e democracia ou, mais precisamente, entre a ampliação seletiva do Estado brasileiro aos aparelhos privados de hegemonia empresariais por meio de uma arena institucionalizada que informa e educa, ou melhor, constrói uma nova pedagogia da hegemonia (Neves, 2005) onde se abandona o projeto de organização autônoma da classe trabalhadora, a produção e disseminação de projetos contra-hegemônicos, em favor da adesão às formas de melhor gerenciamento das garantias econômicas e sociais da ordem burguesa. Eis as hipóteses com as quais trabalharemos:

¹ Art. 2º, §1º e §2º da lei 10683/03. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm>

² Artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03.

³ Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2003.

- a) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é uma arena da sociedade política que *se diz* representativa dos interesses e demandas de diversas entidades da sociedade civil brasileira, mas que *é de fato* uma agência estatal permeada pelas frações burguesas do capital em geral e pela predominância da fração industrial em particular. Mais da metade da composição social da plenária do Conselho durante os governos Lula da Silva comportava conselheiros *diretamente* vinculados aos grandes grupos econômicos e firmas instalados no Brasil e estava organizada em aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial de vários tipos e funções. A partir de 2007, houve uma afirmação da fração industrial de origem nacional no Conselho, com relativa ampliação de sua presença, inclusive com ingresso em outras agências estatais, em detrimento da perda de representatividade da fração financeira bancária. De todo modo, a *raison d'être* do Conselho não era o atendimento das demandas e projetos dos setores populares mas, ao contrário, daqueles afinados ao do grande capital.
- b) Em relação direta com a anterior, trabalharemos com a hipótese de que o CDES tentava construir e assegurar uma espécie de “democracia invertida” ou de “democracia às avessas” onde a maioria real do conjunto de forças da sociedade brasileira ficava reduzida a uma minoria efetiva, em cujo interior predominavam grandes empresários e seus prepostos. Tratava-se da institucionalização de um adendo “infrademocrático” através da esterilização da crítica entre economia e política, tão cara à tradição liberal, sob a égide do capital. A composição social do CDES de certo alterava a lógica da representação democrática, mas para tanto precisava se acoplar ao substrato ideológico do “novo contrato social” e a um difuso projeto de “desenvolvimento sustentado” que procurava lhe garantir coesão interna e consenso ativo dos demais setores ali representados, disciplinando a luta de classes.

Apresentar-se como uma arena democratizante do Estado brasileiro é, desde sua criação, uma tarefa bastante comum entre os membros do governo responsáveis pela estruturação, organização e administração do CDES (funcionários da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES), mas também de grande parte dos analistas e estudiosos que o investigaram, alguns deles conselheiros. Arriscaria em afirmar que a fórmula de “democratização” do Estado ganhou grande impulso sob a gestão dos governos Lula da Silva, a partir da criação de numerosos Conselhos Gestores de Política Pública, com a participação de lideranças da sociedade civil organizada na formulação de políticas públicas de caráter setorial ou de temáticas abrangentes, sendo apresentada e propalada como um marco diferencial no que tange às relações entre Estado e Sociedade no Brasil. Há vasta literatura sobre o tema e, de fato, dados mostram o crescimento vertiginoso da instauração de Conselhos e Conferências acerca de áreas

específicas (como Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente) e de políticas de desenvolvimento local, regional e nacional.⁴

Não entraremos, neste trabalho, na discussão se e em que medida tais arenas e fóruns, promovidos e sustentados pelas instâncias estatais, em diferentes níveis, estabelecem uma cultura política em que as reivindicações e anseios dos setores populares e suas organizações e/ou movimentos estão presentes e, principalmente, direcionam o conjunto das diretrizes encaminhadas. Tampouco entraremos na discussão se e quando as estabelecem, tornam-se “política de Estado”, isto é, são efetivamente implementadas pelas distintas administrações públicas, resistindo aos governos ocasionais. Há, ainda, uma questão de fundo realmente decisiva para aqueles que - como nós - se interrogam se a democratização da política sem a correlata democratização da economia é algo desejável como fim em si mesmo e, no limite, possível quando direcionada à construção de um organismo social primado pelo autogoverno dos produtores associados.

É precisamente a interrogação anterior – acerca do apartamento entre o político e o econômico nas sociedades capitalistas contemporâneas – que nos motiva investigar um Conselho formulador de políticas públicas desde a sua composição classista. Não se trata aqui de direcionar o debate acerca das diferentes posições das correntes marxistas no que tange a questão democrática, mas o de contribuir para o descortinamento do *conteúdo social do Estado* no Brasil recente, através do estudo da presença das frações das classes dominantes numa instância (o CDES) cuja criação e legitimação traziam como aposta a “democratização” do Estado, por meio dos mecanismos de formulação e decisão de políticas públicas “pactuados” entre seus protagonistas: governo e entidades da sociedade civil.

Diante da diversidade de sujeitos coletivos em presença e aliado a uma percepção angelical e, no limite, despolarizadora de “sociedade civil”, os idealizadores, organizadores e estudiosos do CDES o tomam *intrinsecamente* capaz de construir um projeto de desenvolvimento capitalista “com equidade e distribuição de renda”. Não há, desta forma, estudos sobre a *composição de classe* do CDES dentre seus analistas *porque o tomam como instância onde todos detém mecanismos igualitários de formulação, intervenção e atuação* tal qual advogado pelos teóricos da democracia representativa. Os constrangimentos econômicos, advindos do terreno da sociedade civil (nos termos de Marx), da organização dos sujeitos coletivos que a compõem em aparelhos privados de hegemonia (na acepção de Gramsci), são cuidadosamente manietados e secundarizados de forma

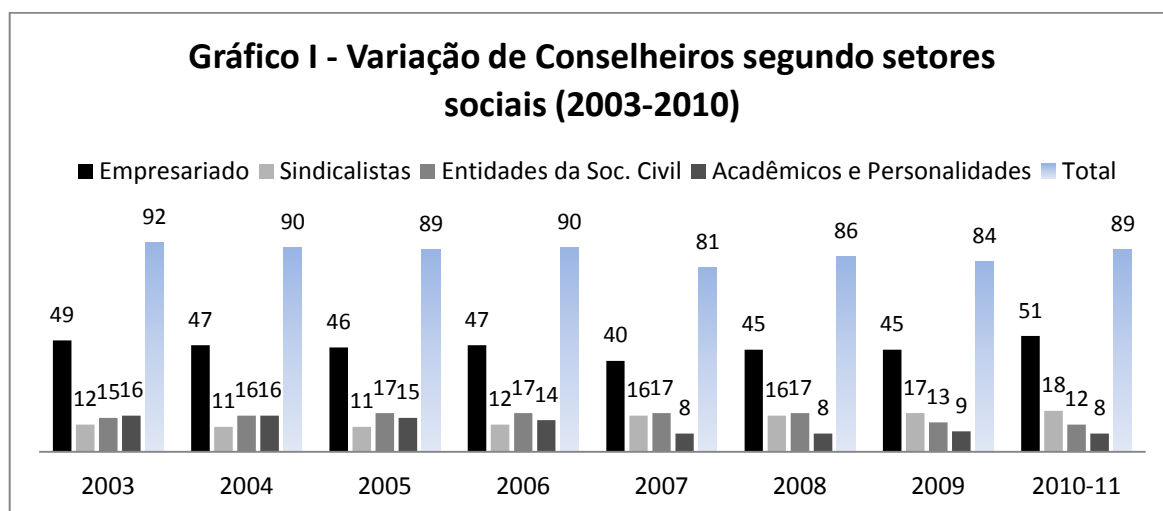
⁴ Segundo Mateos (2011: 20-21), só as 73 conferências nacionais temáticas realizadas para debater políticas públicas envolveram cerca de cinco milhões de pessoas. Elas representam 64% do total dos encontros (114) realizados nos últimos 60 anos no Brasil. As diretrizes aprovadas nestas conferências nortearam políticas públicas elaboradas, fiscalizadas e avaliadas pelos 61 conselhos que hoje assessoram ações de todos os ministérios. Diz a autora que “muitas das suas deliberações já se tornaram decretos, portarias ou projetos de lei aprovados ou em tramitação no Congresso Nacional” e destaca o PAC, o Minha Casa, Minha Vida, o ProUni, a criação do Suas, as políticas afirmativas e a agricultura familiar como exemplos. Destes 61 conselhos nacionais, 33 foram criados ou recriados desde 2003.

que, em que pese reconhecê-los, não devem obstaculizar a definição de “consensos mínimos”, onde os “mínimos” jamais devem pôr em questão os instrumentos e mecanismos estruturantes da reprodução e ampliação das frações de capitais ali representados. Poder econômico e projetos de hegemonia estão, desta maneira, devidamente expulsos do ideário e das análises do e sobre o Conselho, mas repostos de forma dramática na realidade tanto de sua composição interna quanto de suas deliberações.

2) O predomínio da fração industrial no CDES

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social comportava importantes frações das burguesias do capitalismo brasileiro no início do século XXI. De acordo com levantamento, coleta e organização dos dados, cerca de 50% a 60% dos conselheiros presentes no CDES durante os anos de 2003 e 2010 estavam umbilicalmente ligados em atividades empresariais de todo tipo e origem, seja ocupando posição de prepostos (diretores, gerentes ou CEO’s) de grandes grupos econômicos, empresas ou firmas, seja eles próprios seus proprietários ou acionistas majoritários.

A presença esmagadora das frações burguesas organizadas em seus aparelhos privados de hegemonia no CDES não pode nos furtar de ao menos elencar os demais setores representados e por nós classificados como “sindicalistas”, “entidades da sociedade civil” e “acadêmicos e personalidades”. O gráfico abaixo sumariza a participação numérica destes setores no CDES e revela, nitidamente, a sobre-representação empresarial ao longo de todo o período dos governos Lula da Silva (2003-2010):



Com a exceção de 2007, ano em que houve substancial alteração na composição da plenária do CDES, em todos os demais a soma de todos dos conselheiros dos segmentos sub-representados não conseguiu ultrapassar os conselheiros-empresários presentes. Após 2007, ocorreu mesmo reforço e ampliação relativa da representação empresarial no CDES. Se considerarmos a média representativa de cada segmento em todo o período, veremos que o empresariado esteve presente

com 46 conselheiros, representando 52% do total de membros do Conselho. Em seguida aparece o segmento “entidades da sociedade civil” com a presença média de 15,5 conselheiros (18% da plenária), vindo acompanhado do segmento sindical representado por 14 conselheiros em média (16% da plenária). Por fim, o segmento “acadêmicos e personalidades” sendo o menos representado em relação aos demais segmentos no período, com média de 12 conselheiros (14% da plenária). Atenta-se para o fato de que a média (absoluta e relativa) total dos segmentos não empresariais arrolados não chegou a ultrapassar 1/5 da composição do Conselho, cuja média absoluta total girou em torno de 87,5 conselheiros.

Aprofundando a pesquisa no segmento empresarial, averiguamos que as Plenárias do CDES, com renovação parcial bianual, além de preservar a alta representatividade relativa do empresariado, abrigavam suas distintas e variadas frações: industrial, agroindustrial, comercial e de serviços, e financeira. Para chegar a esta constatação, foi preciso ampliar a investigação dos conselheiros-empresários para além do que o CDES informava sobre cada conselheiro em seu *site*. A busca de dados através da internet, do Dicionário Histórico-Biográfico da FGV e de jornais e revistas do universo empresarial, nos possibilitou *confirmar nossa hipótese de que o CDES, de fato, era dominado por conselheiros intimamente ligados a distintas frações empresariais.*

Quadro I - Frações do Capital (K) presentes no CDES por meio de Grupos Econômicos e Firmas (2003-2010)⁵

Frações do K	Grupos Econômicos e Firmas	T
Industrial e Agroindustrial ⁶	Cia Vale do Rio Doce (CVRD), Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), Grupo Gerdau, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), Grupo Suzano, Grupo Vicunha, Grupo Rosset, Klabin S/A, Grupo Alcoa Inc., Grupo Petróleo Ipiranga, Grupo Dixie Toga S.A., Grupo J. Macedo S/A, Grupo Iochpe-Maxion, Grupo Springer, Grupo Gradiente, Grupo Nestlé, Embraer, Grupo Carfepe, Grupo Enguia Power, Grupo DHB, Grupo Dudalina S/A, Grupo Ford Motors Company Brasil, Aubert Engrenagens, Grupo Fiat, Grupo Odebrecht, Grupo Süd Metal, Grupo Alusa, Grupo WTorre Engenharia, Estacon Engenharia S.A, Machado Correa Engenharia Ltda, Concreta Tecnologia em Engenharia Ltda, Gráfica Sagrada Família, Nutrimental Alimentos, Wady Simão-Construções e Incorporações LTDA, Grow Jogos e Brinquedos, Grupo Sucoétrico Cutrale, Grupo Itamarati, Grupo Agrovale e Grupo Maubisa. ⁷	40
Comercial e de Serviços	Grupo Telefônica, Grupo Telemar, Iguatemi Empr. Shoppings, Grupo Jereissati SP, Grupo Verdi, Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), Casas Anglo-Americana S/A (Mappin), Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A (Grupo Martins), Trevisan Escola de Negócios, Grupo Dufry, Magazine Luiza, Grupo Anhanguera Educacional, Grupo Siemens, Grupo IT Partners, Grupo ORTENG Equipamentos e Sistemas, J. Mendo Consultoria, Manig S/A, Teruel Viação Agrícola Ltda, Escola de Idiomas Yazigi Internexus, Arko Advice Pesquisas, Centro Universitário Newton Paiva, Grupo Price Waterhouse Coopers, CPM Brax Capgemini, LOG - Negócios e Consultoria Ltda.	24

⁵ As atividades principais das empresas e grupos econômicos foram pesquisadas no site Econoinfo (www.econoinfo.com.br), nas revistas Valor Grandes Grupos e Balanço Anual da Gazeta Mercantil, no site do CNAE/IBGE (www.cnae.ibge.gov.br) e nos sites das próprias empresas e grupos.

⁶ 4 Grupos são agroindustriais: Grupo Sucoétrico Cutrale, Grupo Itamarati, Grupo Agrovale e Grupo Maubisa.

⁷ Ressalta-se que o Grupo Sadia estava representado na figura de Luiz Fernando Furlan, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

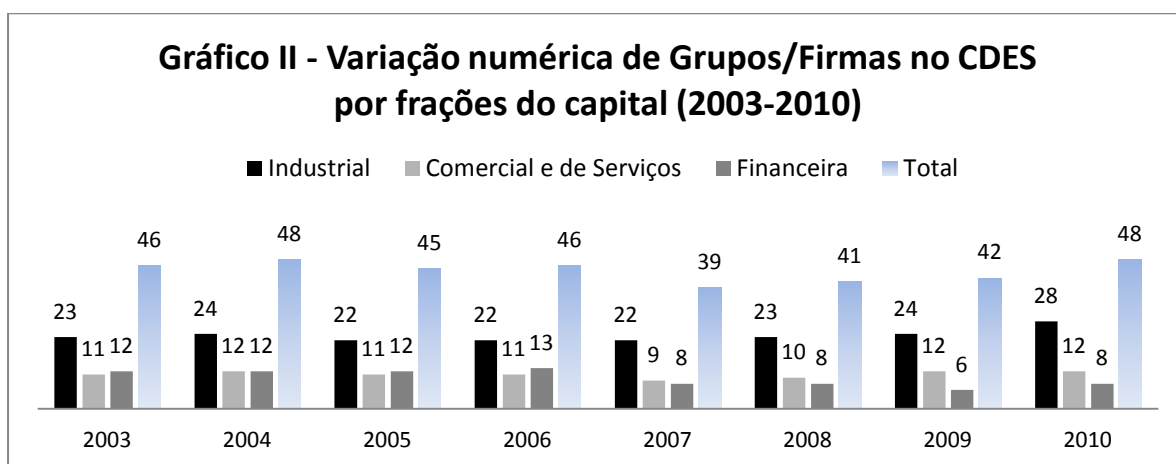
Financeiro ⁸	Banco Fibra, Grupo Santander Brasil, E. Johnston Representação e Participação S. A., Citbank Brasil, Banco Gerdau, Banco Bradesco, ABN Amro Bank, Banco Itaú, Banco Dibens S/A, Banco Triângulo S.A, Banco Fidis, Banco BNP Paribas Brasil, Grupo NSG Capital, BMF&Bovespa, MDS Corretora e Administradora de Seguros, Centauro Vida e Previdência S.A, Cooperativa de Crédito Rural.	17
-------------------------	---	----

A organização dos capitais particulares em frações de classe dominante deriva da especialização da divisão social do trabalho impulsionada pela intraconcorrência capitalista e pela expansão das formas extração de mais-valor. Tais capitais se diferem pela atividade econômica preponderante que exercem no processo produtivo, isto é, em suas funções específicas no papel de valorização do valor, mais bem percebidas na etapa do capitalismo concorrencial, e também pelo seu porte acumulativo e capacidade de expansão. Em 1847, Marx já afirma em *Miséria da filosofia* que “(...) se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. Essa oposição de interesses decorre das condições econômicas de sua vida burguesa” (MARX: [1847] 2009, 139).

Há, portanto, uma dupla dimensão, consensual e concorrencial, entre os diferentes capitais particulares⁸, na medida em que se de um lado competem entre si em busca de uma posição mais favorável de acumulação e expansão, de outro compartilham a necessidade de, enquanto partes constitutivas do capital em geral, garantir condições sociais, políticas e econômicas cada vez mais propícias de atuação e reprodução e estas condições são historicamente estabelecidas a partir do resultado das relações de forças que travam com as classes subalternas. Esta “unidade tensionada” atravessa, portanto, períodos de graves crises ou fases mais ou menos estáveis, mas sem abdicar da preservação dos interesses básicos do capital: a garantia da propriedade privada, o cumprimento dos contratos e o funcionamento regular dos mercados. Para tanto, é função do Estado afiançar a segurança jurídica, criar e acionar mecanismos político-econômicos corretivos e estabelecer controles abrangentes e permanentes, refinados e truculentos, sobre as classes subalternas.

A organização dos grupos econômicos e firmas no CDES segundo sua *atividade principal*, contudo, nos revelou a forte presença da fração industrial, a comercial e de serviços, e financeira nas plenárias do CDES. A tendência de ampliação da presença dos conselheiros-empresários vinculados às frações não financeiras, com destaque à industrial, em detrimento do esvaziamento do setor financeiro, a partir de 2007, *reafirma a hipótese de ascenso da fração industrial* no interior do aparato estatal, tomando como estudo de caso o CDES.

⁸ Alguns bancos se destinam ao financiamento e fomento de atividades de Grupos Industriais: Banco Fibra (Grupo Vicunha), Banco Triângulo (Grupo Martins), Banco Gerdau (Grupo Gerdau), Banco Fidis (Grupo Fiat).



O gráfico acima é o fluxo anual dos grupos e firmas presentes no quadro I. A variação numérica não é de conselheiros-empresários, mas a de grupos econômicos e firmas com os quais estavam intimamente vinculados. Isto significa considerar situações particulares como, por exemplo, apenas um conselheiro alocar mais de um grupo ou firma no Conselho: como o caso de Benjamin Steinbruch, cujos interesses corporativos se estendem à área de siderurgia (CSN), fabricação têxtil (Vicunha Têxtil) e bancária (Banco Fibra). O mesmo se podia dizer de Jorge Gerdau (Siderúrgicas e Metalúrgicas Gerdau e Banco Gerdau), Waldemar Verdi Jr. (Grupo Verdi e Banco Dibens), Alair Martins do Nascimento (Martins Distribuidora e Banco Triângulo) e Carlos Jereissati Filho (Grupo Jereissati São Paulo, Iguatemi Shopping e Telemar), para nos determos em casos mais emblemáticos. Nestes casos, consideramos que estes conselheiros carregavam interesses de distintos capitais particulares, ou seja, computamos mais de uma empresa ou grupo para situações nas quais havia inserção significativa de dado conselheiro no capital financeiro (bancário) e/ou em setores relativamente *autônomos* (administração de shoppings e telefonia, por exemplo).

Ainda assim, as investigações empíricas sobre os agentes econômicos representados no CDES indicavam-nos ser bastante complicada qualquer delimitação estreita das frações presentes. Desta maneira, as fontes levantadas mostravam que, não poucas vezes, o grupo econômico ou a firma de um mesmo conselheiro estava vinculado simultaneamente às atividades industrial, comercial, de serviços e financeira, tornando-se bastante arbitrário a definição deste ou daquele grupo social burguês como portador unívoco dos interesses de uma dada fração do capital *tout court*. Além dos casos acima referidos, podemos destacar, a título de ilustração, os grupos que operavam como grandes holdings em diversos setores e ramos econômicos: Grupo Carfepe, Magazine Luiza, DHB Holding, Grupo Alusa, Grupo Odebrecht, dentre outros. Mesmo assim, a fim de dirimir o máximo possível o grau de arbitrariedade, optamos por classificá-los nas frações do capital *cujas atuação econômica nos pareceu claramente preponderante*, segundo as fontes às quais consultamos. Os demais segmentos e atividades em que atuavam eram, grosso modo,

capilarizações internas (subsidiárias ou acessórias) necessárias à atividade-fim, permitindo-lhes deter o controle da cadeia de produção.

Trata-se, portanto, de uma classificação necessariamente alvo de problematizações, mas que, no geral, traz o mérito de revelar, cotejando com as intervenções de seus representantes nas Atas das reuniões plenárias do CDES, não apenas *quais* os principais atores econômicos (e governamentais) estavam edificando o propalado projeto “neodesenvolvimentista”, mas também *os conteúdos programáticos* trazidos pelos distintos capitais particulares, organizados em seus aparelhos privados de hegemonia.

Neste sentido, a aludida “unidade tensionada” parece estar traduzida num cenário de “entrelaçamento pornográfico” (Fontes, 2010), à medida que avança a centralização e concentração monopólica dos meios e recursos sociais de produção, inclusive em economias dependentes como o Brasil.

Mais uma vez, o entrelaçamento entre capitais de origens distintas (industrial, serviços, comércio, bancos, fundos, etc.) se evidencia: as desregulamentações então implementadas favoreciam a circulação geral de capitais, para qualquer que fosse o seu destino, especulativo ou outros. (...) Na nova forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas*. (FONTES, 2010: 197-198)

Percebam, no gráfico II acima, que os grupos ou as firmas que compunham a fração industrial eram numericamente majoritários durante todo o período pesquisado. A partir de 2007, verificamos a afirmação e ampliação da presença dos conselheiros diretamente conectados à fração industrial, comportando, até o fim do período analisado (2010), *um predomínio absoluto* de sua representatividade: mais do que a soma do *quantum* de grupos e firmas das frações comercial e de serviço e financeira.

Além disso, é preciso ressaltar que foi no ano de 2007 que a fração financeira bancária partiu em retirada do Conselho, com a saída de banqueiros do Unibanco, Citibank, Bradesco e Itaú, além de alguns industriais com vinculações bancárias como Benjamin Steinbruch, Waldemar Verdi Jr e Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira. Com esta mudança, a fração financeira não se recompôs e, quando em 2010 algumas empresas do ramo financeiro ingressaram no CDES, não eram bancárias e nem de longe se equiparavam ao seu peso econômico. A tabela abaixo nos oferece, em termos relativos (em razão do total anual de grupos e firmas), a evolução da presença dos capitais industrial, comercial e de serviços, e financeiro no CDES entre 2003 e 2010:

Tabela I – Evolução relativa dos Grupos Econômicos e Firms no CDES por frações do capital (2003-2010)

Frações do capital	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Industrial	50%	50%	50%	48%	56%	56%	57%	58%
Comercial e de Serviços	25%	25%	24%	24%	23%	24%	29%	25%
Financeira	25%	25%	26%	28%	21%	20%	14%	17%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A prevalência da fração industrial no Conselho pode ser também confirmada se notarmos a *presença permanente de 12 industriais durante todo o período*,⁹ reconduzidos, ou melhor, renomeados pelo Presidente da República, tão logo as renovações das plenárias ocorriam. Ainda dentre o empresariado, o mesmo se repetiu com 3 integrantes da fração comercial e de serviços e 2 ligados aos bancos. Estes 17 conselheiros-empresários-permanentes representaram 37% da média empresarial e 20% da média de todos os segmentos instaurados no CDES no período. Os segmentos “sindicalistas” e “entidades da sociedade civil” contaram com a presença permanente de 5 e 3 conselheiros, respectivamente.¹⁰ Ademais, estamos tratando apenas dos conselheiros-empresários que vinculavam-se diretamente a alguma atividade empresarial *strictu sensu* já que, além deles, havia outros que se credenciavam como lideranças ou organizadores de suas associações, sejam corporativas, setoriais ou societais¹¹ e que a pesquisa não encontrou conexões com o exercício da atividade empresarial propriamente dita *entre os anos 2003 e 2010*, sendo praticamente todos também integrantes da fração industrial.

⁹ Foram os “agraciados”: Amarílio Proença de Macêdo, Ivo Rosset, Jorge Gerdau, José Carlos Bumlai, Joseph Couri, Márcio Lopes de Freitas, Maurílio Biagi Filho, Paulo Simão, Paulo Skaf, Paulo Vellinho, Rodrigo Loures e Rogelio Golfab. A partir de 2004, permaneceram Oded Grajew e Paulo Godoy.

¹⁰ Sindicalistas: Antonio Neto (CGTB). Jorge Rodrigues (FS), Juçara Dutra Vieira (CNTE/CUT), Laerte Teixeira da Costa (UGT) e Manoel José dos Santos (Contag/CUT). Entidades da Sociedade Civil: José Antonio Moroni (INESC/ABONG), Sérgio Addad (ABONG), Zilda Arns (Pastoral da Criança) e Clemente Ganz Lúcio (Dieese).

¹¹ Classificamos as associações empresariais em três tipos: associações corporativas – confederações, federações, centros e sindicatos da indústria, comércio, agricultura, finanças; associações setoriais – entidades representativas das frações empresariais que se organizam por setor produtivo sem vinculação (formal) com a estrutura corporativa e, finalmente, associações societais, caracterizando-se como aquelas que não se vinculam necessariamente à atividade econômica, mas se inserem em outras esferas da vida social (cultural, educação, meio-ambiente) cuja organização se destina às novas formas de articulação empresarial na sociedade civil, disseminando e sedimentando sociabilidades burguesas para dentro e para fora do setor empresarial.

Quadro II - Conselheiros-empresários não vinculados a Grupos/Firmas (2003-2010)

Conselheiros-Empresários	Associações da Sociedade Civil
José Augusto Marques	ABDIB e ABINEE
Joseph Couri	ASSIMPI, Ação Empresarial; Fórum da Cidade de São Paulo; Fórum da Cidadania; Fundador do PNBE; CIESP; Simefre; Abifa,
Paulo Skaf	FIESP, CIESP, CNI, SINDITEXTIL, PROTEC.
Ricardo Luiz dos S. Carvalho	Associação Nacional de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Gisela Gorovitz	Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives)
João Bosco Borba	Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiro
Marcos Jank	União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (ÚNICA)
Sérgio Reze	Federação Nacional de Distribuidora de Veículos Automotores (FENABRAVE)
Cláudio Elias Conz	Associação Nacional de Comerciantes de Materiais de Construção (ANAMACO)
Viviane Senna	Conselhos de Adm: Fiesp, CNI, Febraban, Coca-Cola, Citibank, Itaú, Unibanco, Santander, Todos pela Educação, Presidente do Instituto Ayrton Senna.

Quais setores da *fração industrial* marcaram mais presença no CDES? A partir de dados coletados nos sites dos próprios grupos econômicos e firmas, somados às informações da base de dados que consta no *site* Econoinfo e em revistas especializadas, verificamos que 16 conselheiros-empresários se vinculam a grupos econômicos e firmas da voltadas para atividade de *construção e infraestrutura*, seguidos por 9 conselheiros-empresários que se dedicam ao setor de *metalurgia e siderurgia*, 9 pertencem à *indústria extrativista* (mineração, petróleo e gás natural), 8 na fabricação de *derivados de petróleo* e, principalmente, de *biocombustível* (leia-se, usineiros), 7 na fabricação de *veículos e autopeças*, 6 na de *equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos*, 5 na de *produtos alimentícios*, 4 na de *produtos químicos e farmacêuticos*, 3 na de *artigos para vestuário, têxteis e couro*, 3 na de *papel e celulose*, 3 na de *máquinas e equipamentos* e 2 na *fabricação de aeronaves* (Embraer). Por fim, encontramos 1 conselheiro para atividade industrial de *impressões, fabricação de artefatos de concreto e de brinquedos e jogos*. Tal variedade intrafração industrial pode nos revelar aproximações e tensões entre seus setores, a depender das pautas colocadas na plenária do CDES e dos interesses corporativos em questão.

Quadro III - Distribuição dos Conselheiros-Empresários por Atividades Econômicas de seus Grupos Econômicos e Firmas (2003-2010)

Cód. CNAE	Divisão por Atividade Econômica	Conselheiros-Empresários	T
01 – Seção A	Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados	José Bumlai, Márcio Freitas, Rozani Heller, Pedro Teruel.	4
10/19 – SEÇÃO C	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Amarílio Macêdo, José Cutrale, Fº, Rodrigo Loures, Ivan Zurita, Mauricio Botelho.	5
13/14/15	Confecção de artigos para vestuário e acessórios. Fabricação de têxteis. Couro.	Ivo Rosset, José Bumlai, Sônia Souza.	3
17	Fabricação papel e celulose/ embalagens	Daniel Feffer, Horácio Piva, Sérgio Habermfeld.	3
18	Impressão	José Conrado Azevedo Santos	1
19	Fabricação de Derivados de Petróleo e Biocombustível.	Eduardo Vieira, Luiz Gomes, Maurílio Biagi, Lincoln Fernandes, Marcos Jank, Carlos Farias, Luiz Aubert Neto, Marcelo Odebrecht.	8
20/21	Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos	Eduardo Vieira, Robson Andrade, Marcelo Odebrecht, Omilton Visconde Jr.	4
23	Fabricação de artefatos de concreto	Paulo Godoy.	1
24	Metalurgia e Siderurgia	Benjamin Steinbruch, Fernando Salles, Jorge Gerdau, Rinaldo Soares, Robson Andrade, Roger Agneli, Mauricio Botelho, Renato Conill, José Mizael.	9
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	Eugênio Staub, José Marques, Paulo Velinho, Nelson Silveira, Adilson Primo, Olavo Machado Jr.	6
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	Luiz Leite, Maurílio Biagi Fº, Luiz Aubert Neto.	3
29/294	Fabricação de veículos e autopeças	Mauro Knijniki, Miguel Jorge Fº, Ricardo Carvalho, Rogelio Golfarb, Paulo Tigre, Cledorvino Belini, Renato Conill.	7
304	Fabricação de aeronaves	Jackson Schneider, Maurício Botelho.	2
324	Fabricação de brinquedos e jogos	Oded Grajew.	1
5-8 – Seção B	Indústria extrativista (Mineração, Petróleo e Gás Natural)	Alain Belda, Eduardo Vieira, Fernando Salles, José Mizael, Robson Andrade, Waldemar Verdi Jr., Roger Agneli, Paulo Godoy, Marcelo Odebrecht.	9
35 – Seção D	Eletricidade	Robson Andrade, Roger Agneli, Paulo Godoy, Nelson Silveira, Adilson Primo, Luiz Abreu	6
41/42 – Seção F	Construção e Infraestrutura	José Marques, Luftala Bitar, Mauro Knijniki, Paulo Simão, Pedro Jereissati, Robson Andrade, Waldemar Verdi Jr, Carlos Jereissati, Paulo Godoy, Lincoln Fernandes, Vicente Matos, Carlos Farias, Adilson Primo, Walter Torre Jr., Olavo Machado Jr. Marcelo Odebrecht.	16
45/46/47 – Seção G	Comércio (veículos, varejista e atacadista)	Abílio Diniz, Cosette Alves, José Carvalho, Luiz Leite, Waldemar Verdi Jr., Alair Martins, Humberto Mota, Luiza Trajano, Cláudio Conz, Sérgio Reze, Renato Conill.	11
61 – Seção J	Telecomunicações	Fernando Ferreira, Pedro Jereissati, Robson Andrade, Carlos Jereissati, Antonio Silva.	5
64 – Seção K	Atividades Financeiras, de Seguros e serviços relacionados	Benjamin Steinbruch, Daniel Feffer, Eduardo Vieira, Fábio Barbosa, Fernando Salles, Fernando Ferreira, Gabriel Ferreira, Gustavo Garat, Jorge Gerdau, Márcio Cypriano, Márcio Freitas, Miguel Jorge Fº., Milu Villela, Raymundo Magliano, Roberto Setúbal, Roger Agneli, Viviane Senna, Waldemar Verdi Jr, Rogelio Golfarb, João Campos, Alair Martins, Maurício Botelho, Luiz Abreu, Cledorvino Belini, Fernando Alves, Marcelo Giufrida.	26
70 – Seção M	Consultoria em gestão empresarial	Antoninho Trevisan, José Mizael, Luiz Gomes, Mauro Knijniki, Paulo Velinho, Mauricio Botelho, Murilo Aragão, Antonio Gil, Fernando Alves.	9
85 – Seção P	Educação/Ensino de Idiomas	Ricardo Young, Antonio Neto e Maria Ferreira.	3

O quadro acima segue a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) elaborada pelo IBGE. Em nosso quadro, toda a Seção C contem as divisões econômicas de 10 a 32 (em destaque), englobando toda a Indústria de Transformação. Nela encontramos 63 inserções de conselheiros-industriais, inclusos os 9 conselheiros da indústria extrativista (Seção B). Apoiando-nos em Pedro Campos, consideramos o setor de construção e infraestrutura (Seção F) também como atividade industrial:

O ramo da construção civil analisado na tese corresponde, em nossa concepção, a um setor industrial da economia, produtor de valor e de mercadorias. No caso específico da construção pesada, trata-se de uma atividade exercida por empresas que produzem obras de grande envergadura, da chamada infraestrutura, como estradas, usinas de eletricidade e

empreendimentos públicos em geral. Portanto, não entendemos que as empresas analisadas podem ser alocadas no chamado setor de serviços da economia, mas sim que seus funcionários e operários produzem valor e mais-valia. (CAMPOS, 2012: 27)

Sendo assim, totalizamos 78 inserções de conselheiros em atividades industriais, representando *55% das inserções* de todos os conselheiros-empresários nos mais diversos setores da economia. Nesta situação, estamos levando em consideração, cautelosamente, a atuação do grupo empresarial ou firma do conselheiro em vários setores econômicos e não apenas em que ele é preponderante. Como as atividades econômicas foram muito mais especificadas, as possibilidades de classificações arbitrárias reduzem de forma significativa.

Cabe também observar que tal procedimento praticamente não altera o percentual dos grupos e firmas industriais, expostos no quadro I, em relação àqueles que se filiavam ao capital comercial e de serviços, e financeiro. Organizados por fração do capital, grupos e firmas da fração industrial também correspondiam a 50% do total das demais frações. Por outro lado, observamos 34 inserções de conselheiros em atividades propriamente comerciais (Seção G) e de serviços (Seções D, J, M e P) *representando 25% do total*. Por último, nas atividades financeiras (Seção K) agruparam 26 inserções, isto é, *20% do total*. Igualmente, este procedimento altera muito pouco o percentual dos grupos e firmas comerciais e de serviços (29%) e financeiro (21%) quando organizados por frações do capital, conforme o quadro I.¹²

Todos os setores industriais representados no CDES contribuíram para as campanhas eleitorais de 2002 e 2006 de Lula da Silva e, com exceção de 3 (açúcar e álcool, eletroeletrônico, papel e celulose), todos estes setores dispensaram mais recursos para Lula da Silva do que para Serra, em 2002, e para Alckmin, em 2006. O setor industrial que mais proporcionalmente contribuiu para as duas campanhas eleitorais de Lula da Silva foi o da construção civil e imobiliário, cujas alocações mais do que triplicaram entre 2002 e 2006, seguido dos setores de bebidas e alimentos, siderurgia, químico e petroquímico e, em menor escala, o de mineração. Importante observar que, dentre os setores industriais, o de construção, mineração e siderurgia foram os que obtiveram maior presença de conselheiros entre 2003 e 2010 (ver quadro III).

Muito embora o setor de serviços tenha doado mais recursos para a reeleição de Lula do que seu adversário direto (Alckmin), o setor de comércio foi um dos poucos que não acompanhou a orientação geral de maior apoio a Lula. Ainda que tenha aportado, em relação à campanha de 2002, muito mais recursos para sua reeleição, o fez em proporção muito maior para o candidato Alckmin. A tabela abaixo nos oferece um panorama detalhado das doações para campanhas eleitorais entre os dois principais candidatos, ranqueando-as setorialmente por variação percentual decrescente entre as campanhas de 2002 e 2006. Reparem que dos 21 setores econômicos contidos na tabela abaixo,

¹² Vale ressaltar que não consideramos a Seção A (Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados) no cálculo das inserções, cuja soma totalizou 137.

19 estavam, com certeza, presentes no CDES. Não foi possível encontrar conselheiros ligados diretamente aos setores madeireiro e de transporte.

Tabela II – Contribuições por setor nas eleições 2002 e 2006 para Presidência da República – Ranking por variação percentual entre as eleições

SETOR	2002						2006						Varição total	Varição Lula	Varição Serra/Alckmin
	Contribuição (R\$ mil)		LULA		SERRA		Contribuição (R\$ mil)		LULA		ALCKMIN		2002/2006	2002/2006	2002/2006
		% de contribuição	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%		% de contribuição	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	p.p.	p.p.	p.p.
Construção civil e imobiliário	3.240	5,8%	2.490	4,5%	750	1,3%	23.079	19,1%	18.028	14,9%	5.051	4,2%	13,3	10,5	2,8
Bebidas e alimentos	2.600	4,7%	1.600	2,9%	1.000	1,8%	13.280	11,0%	9.130	7,6%	4.150	3,4%	6,3	4,7	1,6
Mineração	850	1,5%	300	0,5%	550	1,0%	8.250	6,8%	4.550	3,8%	3.700	3,1%	5,3	3,2	2,1
Açúcar e álcool	150	0,3%	150	0,3%		0,0%	5.048	4,2%	2.088	1,7%	2.960	2,5%	3,9	1,5	2,5
Agropecuário	300	0,5%	300	0,5%		0,0%	5.252	4,3%	4.202	3,5%	1.050	0,9%	3,8	2,9	0,9
Serviços	250	0,4%	100	0,2%	150	0,3%	4.203	3,5%	2.800	2,3%	1.403	1,2%	3,0	2,1	0,9
Siderúrgico	3.730	6,7%	2.050	3,7%	1.680	3,0%	9.950	8,2%	6.350	5,3%	3.600	3,0%	1,5	1,6	(0,0)
Energia	1.000	1,8%	1.000	1,8%		0,0%	3.799	3,1%	3.128	2,6%	672	0,6%	1,4	0,8	0,6
Comércio	2.250	4,0%	1.100	2,0%	1.150	2,1%	4.883	4,0%	1.974	1,6%	2.909	2,4%	0,0	(0,3)	0,3
Madeireiro	-	0,0%		0,0%		0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0	0,0	0,0
Eletroeletrônico	570	1,0%	370	0,7%	200	0,4%	450	0,4%	50	0,0%	400	0,3%	(0,6)	(0,6)	(0,0)
Fabricação de veículos e peças	1.330	2,4%	680	1,2%	650	1,2%	1.682	1,4%	1.430	1,2%	252	0,2%	(1,0)	(0,0)	(1,0)
Transporte	800	1,4%	800	1,4%		0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(1,4)	(1,4)	0,0
Químico e petroquímico	4.330	7,8%	2.630	4,7%	1.700	3,0%	7.622	6,3%	4.970	4,1%	2.652	2,2%	(1,5)	(0,6)	(0,9)
Farmacêutico	1.050	1,9%	950	1,7%	100	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(1,9)	(1,7)	(0,2)
Plásticos e borrachas	1.320	2,4%	500	0,9%	820	1,5%	500	0,4%	500	0,4%	-	0,0%	(2,0)	(0,5)	(1,5)
Metalúrgico	1.550	2,8%	1.300	2,3%	250	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(2,8)	(2,3)	(0,4)
Têxtil, couro e vestuário	2.850	5,1%	2.650	4,8%	200	0,4%	1.899	1,6%	833	0,7%	1.066	0,9%	(3,5)	(4,1)	0,5
Papel e celulose	4.750	8,5%	860	1,5%	3.890	7,0%	3.627	3,0%	1.671	1,4%	1.956	1,6%	(5,5)	(0,2)	(5,4)
Comunicações	3.960	7,1%	2.050	3,7%	1.910	3,4%	1.115	0,9%	615	0,5%	500	0,4%	(6,2)	(3,2)	(3,0)
Financeiro	18.830	33,8%	6.080	10,9%	12.750	22,9%	26.166	21,7%	12.705	10,5%	13.461	11,1%	(12,1)	(0,4)	(11,7)
Outros	50	0,1%		0,0%	50	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(0,1)	0,0	(0,1)
TOTAL	55.760	100%	27.960	50,1%	27.800	49,9%	120.806	100%	75.024	62,1%	45.782	37,9%		12,0	(12,0)

p.p. = Pontos percentuais

Fonte: ALMEIDA, Rodrigo. *Caixa 1 dos interesses*. Revista Inteligência. Nº36, Ano IX, 1º Trimestre de 2007.

Salta aos olhos a eloquente participação do capital financeiro nas doações de campanha de 2002 e 2006 frente aos demais setores da economia. Dos 55 milhões de reais arrecadados por Lula e Serra em 2002, 33,8% foram advindos da fração financeira. Em 2006, o volume de recursos doados por esta fração foi ainda maior (R\$ 26 milhões contra R\$ 19 milhões em 2002), mas proporcionalmente menor em relação ao total dos recursos: 21,7% dos 120 milhões doados. Ainda assim, constata-se que Lula beneficiou-se de um incremento significativo de doações das finanças nas eleições de 2006, alcançando mais do que o dobro recebido em 2002 por este setor e, decisivamente, *por este caminho*, equiparando-se ao candidato do PSDB em grau de preferência.

Foge completamente aos objetivos deste trabalho analisar os elementos balizadores da política econômica e social dos governos Lula que sustentam a tese, presente em vários autores, em geral de filiação marxista, de remodelação precária do neoliberalismo no Brasil dos anos 2000, sob a dominância financeira. A título não exaustivo, porém, a manutenção do regime de metas de inflação, a política de elevados superávits primários, taxas de juros estratosféricas e valorização cambial que, acompanhadas pelo agravamento da dívida pública, são consideradas peças-chaves do “núcleo duro” do projeto constituído ao longo dos anos 90, realçadas pelos autores que defendem

uma “linha de continuidade” tensionada entre os governos FHC e Lula da Silva. Para os governos Lula da Silva, apesar de aprofundar as tendências do governo anterior, o cenário internacional favorável produziu espaços para flexibilização do programa, permitindo a ampliação dos gastos com política social focalizada e aumento real do salário mínimo, sobrevivendo um certo aquecimento do mercado interno, sustentado pelo acesso ao mercado de consumo dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora também a partir do favorecimento de acesso ao crédito.

Os traços gerais trazidos acima nem de longe conseguem dar conta das transformações pelas quais passaram a sociedade brasileira nas últimas duas décadas, mesmo no campo econômico. A profusão de termos e conceitos cunhados pelos analistas do período nos dá a dimensão das questões postas e não resolvidas ou parcialmente resolvidas. “Neoliberalismo”, por exemplo, segue sendo amplamente utilizado, apesar de nos parecer uma categoria explicativa que se tornou histórica, isto é, que pretendeu analisar as formas iniciais de constituição e de movimento expansionista do capital a partir da mudança de escala da acumulação capitalista nos anos 70. Segundo Fontes (2010: 146) “Por mais terrível que seja o adjetivo com que procuremos qualificar o capital-imperialismo atual, parecem todos pálidos atributos perante o processo em curso que, apesar das gigantescas crises sociais que provoca, *segue em expansão*”.

Por outro lado, o que de fato não se torna sustentável, a nosso ver, é a equação que vincula mecanicamente frações não financeiras do capital - especialmente a industrial - a um suposto afastamento de políticas consideradas neoliberais. Em apurada pesquisa das chapas que disputavam a diretoria da Fiesp e do Ciesp nas eleições de 1992, Bianchi (2010) demonstrou cabalmente, naquela ocasião, as distintas (mas não antagônicas) e tensas posições do empresariado industrial paulista, representadas pelo candidato da situação Moreira Ferreira e o opositor Emerson Kapaz, frente ao projeto “modernização” para o país. A candidatura de Ferreira trazia no seu bojo o objetivo de “preservar o projeto de corte neoliberal cujas primeiras medidas haviam sido implementadas pelo governo Collor” (idem: 227) e a de Kapaz, com forte patrocínio programático do PNBE e do Iedi, “ao mesmo tempo em que era reivindicado o papel do Estado como agente de regulação econômica (...) havia também a defesa das privatizações e da desregulamentação do mercado do trabalho, configurando [o] liberal-desenvolvimentismo” (idem: 220). A composição setorial das chapas mostrava que

“a chapa liderada por Emerson Kapaz representava, majoritariamente, grandes empresários nacionais de divisões afetadas pela abertura de mercados (...). Por sua vez, a chapa de Ferreira contava, proporcionalmente, com um número maior de empresas com fortes laços com o mercado externo (...) além de importante presença de empresas multinacionais” (idem: 223-224).

Estas considerações não nos autorizam afirmar que a saída de alguns grandes grupos financeiros do CDES em 2007 representou o avanço de um programa “neodesenvolvimentista” em

seu interior, em detrimento de uma plataforma “neoliberal” recauchutada. De novo, tais termos mais ofuscam do que esclarecem as disputas no seio do bloco no poder e, por isso mesmo, não há razão suficiente para tomá-los como projetos de hegemonia distintos. Foi na plenária do Conselho, predominantemente composta pela fração industrial, como vimos, que os projetos da Reforma Previdenciária (2003) e das Parcerias Público-Privadas (2004) foi debatido e aprimorado, abrindo novas fronteiras para a acumulação de capital a partir do avanço sobre os direitos dos trabalhadores e impulsionando as privatizações. A continuidade da reforma previdenciária e as PPP's já pertenciam à pauta empresarial mas, dentre outros motivos, o desgaste político-social e a forte crise econômica do segundo governo FHC as adiaram. Foi o governo Lula quem criou e articulou meios para realizá-las e precisava legitimá-las, submetendo-as a um fórum (o CDES) cuja maioria se encontrava os mesmos reclamantes do período anterior, mas agora postos como avalistas da “sociedade civil”.

O atendimento às demandas do grande capital monopolista no Brasil foi uma marca registrada pelos governos Lula da Silva. Isto não se refletiu somente em relação ao volume de recursos doados para sua reeleição de 2006 (evolução de R\$ 27,5 milhões para R\$ 75 milhões em 2006, ou seja, de 37%), mas também pelo fomento acelerado do processo de monopolização – via concentração e centralização do capital – impulsionado, por sua vez, pelas novas fusões e aquisições envolvendo BNDES e fundos públicos, partícipes do processo de transnacionalização do capital nativo e da criação e/ou refuncionalização de novas arenas no aparelho de Estado que passaram a abrigar grandes capitais, sejam nativos, internacionais ou associados, num processo de ampliação seletivamente burguesa do Estado, cujo CDES é exemplo. Tanto nas doações das campanhas eleitorais quanto na composição do CDES, é flagrante a presença de setores oligopolizados da economia, incluídos os de papel e celulose, químico e petroquímico, siderúrgico e mineração, comunicações, fabricação de veículos, dentre outros, sob a liderança de bancos e empreiteiras (ou empresas de engenharia). Aliás, dados trazidos por Lazzarini (2011: 69), demonstram que dentre os 20 maiores doadores corporativos da campanha de reeleição de Lula da Silva em 2006, 10 se enquadravam entre os mais destacados grupos econômicos atuantes no CDES:

Tabela III – Os 20 maiores doadores da campanha de reeleição de Lula em 2006

Doador	Valor (R\$)	Doador	Valor (R\$)
Vale	4.050.000,00	OAS	1.700.000,00
Cutrale	4.000.000,00	Andrade Gutierrez	1.520.000,00
Camargo Corrêa	3.504.000,00	Banco ABN AMRO Real	1.500.000,00
Banco Itaú	3.500.000,00	Ambev	1.500.000,00
Gerdau	3.100.000,00	Unibanco	1.300.000,00
JBS-Friboi	2.502.000,00	Embraer	1.300.000,00
Bradesco	2.500.000,00	Coopersucar	1.286.000,00
CSN/Vicunha	2.266.000,00	UTV Engenharia	1.000.000,00
FSTP Brasil	2.000.000,00	Unigel/Acrinor	2.000.000,00
Votorantim	1.700.000,00	Instituto Bras. Siderurgia (IBS)	1.000.000,00

Fonte: Lazzarini (2011). Dados reportados do jornal *Valor Econômico* de 19/11/2006. Os doadores em destaque estavam representados no CDES.

Impressiona o volume de recursos recebidos pela candidatura Lula desse seletivo e robusto grupo. Cotejando os dados da tabela II e III, notamos que os R\$ 24.516.000,00 repassados pelos 10 doadores presentes no CDES correspondem a 32,68% (*cerca de um terço*) do total de doações (R\$ 75.024.000,00) de todos os setores empresariais à reeleição de Lula em 2006. Se considerarmos o total de doações dos 20 maiores doadores (ou seja, R\$ 43.228.000,00) os 10 grupos convocados a assumirem posições de “conselheiros da sociedade civil” no Conselho participaram de 56,7% deste total. Nesta generosa fatia conselheirista, o setor bancário agregou R\$ 8.800.000,00, ou seja, 36% do total repassado, sendo o restante assumido por 5 grupos industriais e uma entidade representativa dos interesses do empresariado do setor siderúrgico, o Instituto Brasileiro de Siderurgia. Segundo Moreira (2012), o IBS funcionava como “importante aparelho privado de hegemonia para uma determinada fração de classe, apontando assim os caminhos para as privatizações entre os anos de 1976-1988”, cujo conselheiro permanente do CDES, Jorge Gerdau Johannpeter, tinha assumido a presidência do Instituto entre 1980-1982, mantendo-se como atual membro de seu conselho.

Como demonstração da aludida concentração e centralização do grande capital atuante no CDES, a tabela IV abaixo elenca os grupos econômicos por Receita Bruta (RB), referente ao ano contábil de 2003:

Tabela IV – Ranking 2004 de Grupos Econômicos no CDES (ano base 2003)

2004	Empresa	Sede	Origem do K	Receita Bruta (em R\$ milhões)	2004	Empresa	Sede	Origem do K	Receita Bruta (em R\$ milhões)
3	Bradesco	SP	BR	46706,0	27	Nestlé	SP	SU	9642,3
5	Itaúsa	SP	BR	27938,2	33	CSN	RJ	BR	8291,7
7	Telefônica	SP	EP	22263,5	40	Embraer	SP	BR	6599,1
8	Ipiranga	RJ	BR	21295,0	59	Suzano	SP	BR	4202,6
9	CVRD	RJ	BR	20218,7	69	Klabin	SP	BR	3366,7
10	Telemar	RJ	BR	19426,9	82	Martins	MG	BR	2522,0
12	Unibanco	SP	BR	18384,2	83	Jereissati SP	SP	BR	2468,2
13	Odebrecht	BA	BR	17335,3	84	Alcoa	SP	US	2419,5
16	Gerdau	RS	BR	15783,0	104	Citigroup	SP	US	1845,2
17	Fiat	MG	IT	13623,2	111	Vicunha	SP	BR	1654,8
19	Pão de Açúcar	SP	BR/FR	12788,4	151	Dixie-Toga	SP	BR	1032,2
21	Santander	SP	EP	12305,7	171	Iochpe-Maxion	SP	BR	749,0
23	ABN AMRO	SP	HO	11699,2	179	Banco Fibra	SP	BR	679,2
24	Usiminas	MG	BR/JP	11095,6	196	Gradiente	SP	BR	530,3

O ranking foi elaborado a partir da revista Valor Grandes Grupos 2004. Grandes empresas não foram encontradas sequer em rankings futuros: Grupo Rosset, Sucocítrico Cutrale, Grupo Springer, Grupo Dudalina, CBMM. Em outros casos, encontramos o ranking de firmas apenas em 2007: Rodobens Grupo Verdi (RB: R\$ 2161,4 milhões), Alusa (RB: R\$ 707,2 milhões). Somente em 2008 o Grupo J. Macêdo apareceu no ranking do Valor com RB de R\$ 1262,8 milhões. Nestas situações decidimos não incorporar tais grupos no ranking de 2004, pois a Receita Bruta (RB) e a posição no ranking destes anos destoavam bastante dos de 2004. Outra observação é necessária: alguns grandes grupos (Odebrecht, Fiat, Nestlé e Martins) não compunham o CDES em 2003 mas, mesmo assim, decidimos trazê-los a fim de integrar a tabela acima pois, nestes casos, eles participavam do ranking da revista Valor em 2004. O propósito foi o de observar o peso econômico dos grupos e firmas presentes no CDES na economia brasileira, *apesar da importância das ausências* referidas e de outras cujos proprietários, notadamente, ingressavam no CDES não pelo critério econômico, mas muito em virtude de sua posição de organizadores de entidades da sociedade civil e, em alguns casos, coligado à proximidade amistosa com o então Presidente Lula da Silva.¹³

O valor da receita bruta total auferida pelos grandes grupos econômicos arrolados na tabela IV gira algo em torno de R\$ 316.865,7 bilhões, o que equivale 20,36% do PIB em 2003, cujo montante foi de R\$ 1.556 trilhão.¹⁴ Ou seja, um quinto do total das riquezas geradas no país em 2003 se encontrava nas mãos de apenas 28 grupos empresariais cujos proprietários, sócios-presidentes e CEOs foram *nomeados pelo Presidente da República* a participarem de um projeto de “crescimento sustentado e fortalecimento da democracia”. Um olhar mais atento, contudo, mostra que a soma da receita bruta obtida por apenas 6 grandes grupos presentes no CDES (Bradesco,

¹³ Situação compartilhada entre Oded Grajew, Antoninho Trevisa, José Carlos Bumlai e Ivo Rosset.

¹⁴ Retirado em < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=265>>.

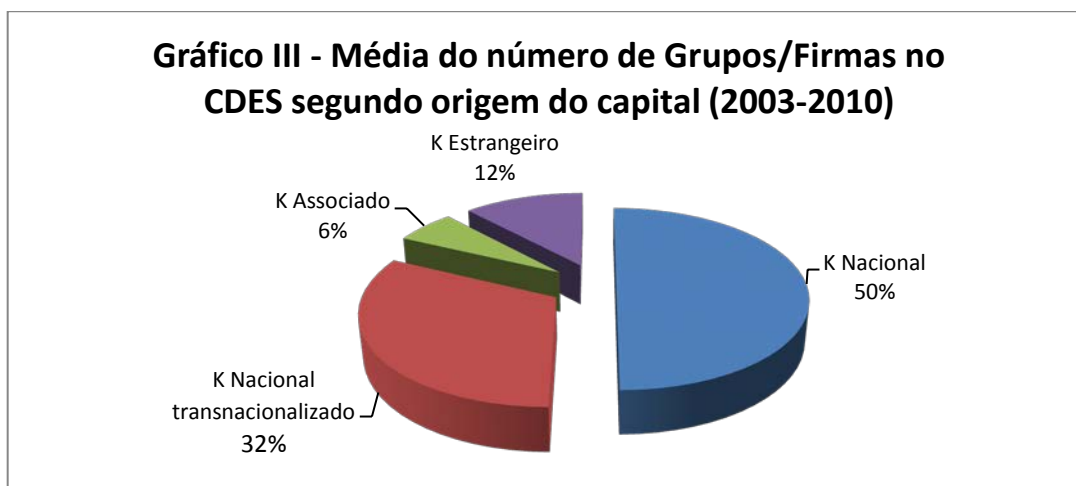
Itaúsa, Telefônica, Ipiranga, CVRD e Telemar) ultrapassava a totalidade das receitas brutas dos demais 22 grupos econômicos, evidenciando ainda mais a megaconcentração e a superconcentração de capitais acolhida no Conselho. Segundo Luiz Filgueiras,

Na esfera das relações intercapitalistas, o governo Lula, através do Estado (empresas estatais e bancos oficiais), vem promovendo o impulsionando um processo de concentração e centralização de capitais no âmbito dos grandes grupos nacionais, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, bem como na relação entre ambas. Com isso, vem fortalecendo e intensificando o processo de internacionalização desses grupos, tornando-os mais competitivos em escala global. Em particular, observa-se uma articulação desses grandes grupos no interior do Estado, através da sua imbricação com as instituições financeiras estatais, os fundos públicos e os fundos de pensão (FILGUEIRAS, *et alli*: 2010:49).

3) Origem do capital dos grupos e firmas presentes no CDES

Averiguamos igualmente a composição do capital dos grupos econômicos e firmas representados no CDES, segundo sua origem, isto é, tendo como preocupação investigar a (des)articulação acionária destes agentes econômicos frente ao capital estrangeiro. Foram realizadas pesquisas nos *sites* da Econoinfo, do Instituto Mais Democracia ou dos próprios grupos econômicos, além de publicações como as revistas Exame, Valor Grandes Grupos e Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

Os resultados da pesquisa, grosso modo, foram *bastante favoráveis à confirmação de nossa hipótese*: 82% são de origem nacional, sendo que, dentre estes, 32% também são de origem nacional transnacionalizados, ou seja, operacionalizavam suas atividades para além das fronteiras nacionais, instaurando-se em outros países, 12% são de capital estrangeiro e 6% são de capital nacional associado. Como se vê, o predomínio do capital de origem nacional é *absoluto*.



É preciso apontar que, para os grupos econômicos privados de capital nacional e de capital nacional associado ao estrangeiro, apenas a participação acionária *direta* foi considerada, ou seja, o investimento estrangeiro direto na empresa nacional, tornando-se sócio (majoritário ou minoritário) dela. Isto se deve à complexidade que envolve uma pesquisa a fim de vasculhar as composições

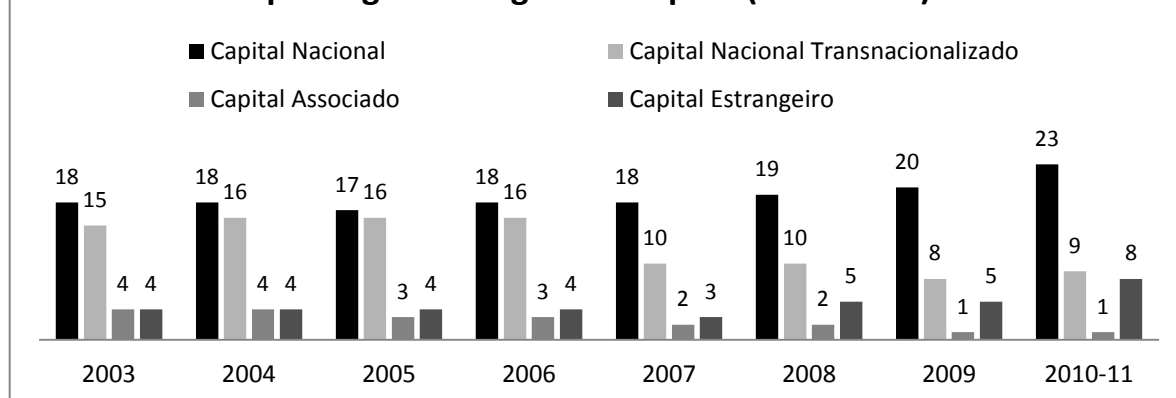
acionárias destes grupos, em geral bastante difíceis de serem levantadas e, quando as são, não necessariamente obedecem a temporalidade em que dado grupo/firma se encontrava representado no CDES, posto que, como sabemos, sua dinâmica de investimentos é diversificada e ininterrupta.

Duas situações podem ser exemplificadas. Percebemos que o grupo Jereissati Participações tinha como investidor direto a Southmail Holding, de capital nacional, mas nesta havia participações da Doiset Down LLC (estadunidense) a qual, por sua vez, recebia investimentos da panamenha Fanteria Foudation. No Grupo Enguia Power, dentre seus acionistas, encontramos a controladora Cemisa cuja rede de acionistas encontrava-se a Charquinn LLC (estadunidense) e a inglesa Celadon Limited. Nestes e em outros casos decidimos considerá-los grupos nacionais, atentando apenas para seus *acionistas diretos*. Ponderamos, desta maneira, que a esmagadora presença de grupos e firmas de capital nacional no Conselho não a afastava da possibilidade de situações onde havia vinculações orgânicas com o capital estrangeiro acionista, mesmo por meio de participações indiretas. Evidenciar a teia corporativa que interliga participações acionárias de diferentes grupos econômicos atuantes no CDES seria um caminho profícuo, mas igualmente trabalhoso e, no limite, ultrapassaria em muito os objetivos da pesquisa.

De 2003, por ocasião da primeira composição da plenária do CDES, às alterações sofridas pela significativa recomposição ocorrida em 2007 - cuja renovação de empresários se consubstanciou em 13 novos ingressos e 20 saídas -, o *quantum* de grupos econômicos e firmas organizado segundo a origem do capital revelou muito pouca variação. Mantiveram-se, no essencial, uma média de 18 grupos/firmas nacionais, 16 nacionais transnacionalizados, 4 de capital estrangeiro e 3 de capital associado.

O período 2007-2010, através das renovações plenárias anuais sofridas pelo segmento empresarial no CDES, revelou o *aprofundamento* de tendências do período anterior no que tange aos seguintes grupos/firmas: para os de capital nacional, assistimos ao aumento de 28% de sua representatividade e para os de capital associado, presenciemos seu contínuo afastamento e eliminação. Por outro lado, tais modificações trouxeram contratendências que fizeram equilibrar o posicionamento entre os grupos/firmas de capital nacional transnacionalizado e os de capital estrangeiro. Enquanto para o primeiro houve redução significativa de sua inserção no CDES em torno de 44% no período, o segundo apresentou acentuado crescimento, dobrando sua participação no CDES, em flagrante detrimento dos grupos transnacionalizados. O gráfico abaixo traduz o fluxo anual de grupos/firmas no CDES diferenciados a partir da origem do capital:

Gráfico IV - Variação numérica de Grupos/Firmas no CDES por segundo origem do capital (2003-2010)



Os grupos responsáveis pelo fortalecimento do capital estrangeiro no CDES, a partir de 2007, foram: Dufry do Brasil, Siemens do Brasil, CPM Bráxis Capgemini, Price Waterhouse Coopers Brasil (PwC), Banco BPN Paribas Asset Management Brasil, Fiat Group e Ford Motor Company Brasil S.A, registrando baixas com a saída da Nestlé e do Citibank. Por outro lado, os grandes grupos nacionais transnacionalizados que deixaram o CDES foram Usiminas, CSN, CBMM, CVRD, Bradesco, Itaúsa, Grupo Verdi, Sucocítrico Cutrale, todos eles com grande expansão em mercados externos. Recompuseram parcialmente este grupo a Embraer S.A. (com 2 conselheiros: Presidente da empresa e Vice-Presidente de Relações Institucionais) e a Odebrecht (Marcelo Odebrecht).

Tratou-se, por esta forma, da entrada de dois grandes grupos internacionais (Siemens e Capgemini) com áreas de atuação bastante diversificadas (eletricidade, infraestrutura, telecomunicações, transporte, eletroeletrônicos, tecnologia da informação), com produção de serviços e produtos de alto valor agregado, uma prestigiada empresa de consultoria e auditoria no mercado global (PwC), um dos maiores bancos europeus (BNP Paribas), dois gigantes na fabricação de automóveis, ramo industrial que jamais deixou de ter representatividade no CDES, seja através de diretores das grandes montadoras, seja através dos presidentes da ANFAVEA e, por último, o retorno da Telefônica após um ano de sua saída (2007). Por outro lado, verificamos a saída de 3 grandes siderúrgicas e metalúrgicas nacionais, uma das principais mineradoras do mundo, dois dos maiores bancos nacionais e a 2ª maior empresa exportadora de suco de laranja do mundo, a Cutrale.

Como parênteses, vale mencionar que a Cutrale é acusada rotineiramente de exploração e ameaças a pequenos agricultores proprietários de pomares, de despeitar legislação trabalhista com demissão de funcionárias grávidas e descontos salariais indevidos, uso de agrotóxicos e grilagem de

terras da União.¹⁵ Altíssimos lucros e exacerbada truculência espelham o histórico padrão de atuação sócio-econômico da burguesia brasileira, convocada a assumir, no CDES, compromisso com a “concertação ou pactuação nacional”. Não foi incomum, igualmente, encontrarmos notícias sobre relações mais estreitas entre alguns conselheiros-empresários e o então Presidente Lula. José Luis Cutrale Jr., conselheiro do CDES, relata muita proximidade com Lula e, antes, com Collor de Melo, sendo inclusive doador de sua campanha presidencial, assim como para Lula em 2003, cuja generosa doação alcançou 4 milhões de reais à época (ver tabela IV). A revista Veja, de 14 de maio de 2003, expõe a camaradagem entre os dois novos companheiros:

No governo Lula, Cutrale conta que mantém boas relações com o presidente. Elas se tornaram amistosas depois que, durante a campanha, Lula o tranqüilizou a respeito do que faria com a economia em caso de vitória. "Ele me disse que não ia mexer com quem estava produzindo e que o que ia fazer era colocar o governo para ajudar os pobres. Acreditei." Num dos encontros com a reportagem de VEJA, José Luís sacou da pasta um punhado de charutos cubanos da marca Cohiba e Montecristo para dizer em seguida: "Esses eu estou levando para o Lula".¹⁶

As renovações plenárias sofridas entre 2007 e 2010 nos permitem, a partir das características da origem do capital, dos setores de atividade e do porte econômico apresentados pelos grupos e firmas entrantes e retirados, sob pena não cair em exageros, afirmar que: a) houve forte perda da representatividade numérica de grandes grupos econômicos nacionais transnacionalizados, ainda que se mantivessem e/ou ingressassem alguns com este perfil; b) nos parece que esta perda se relacionou à ascensão de grupos e firmas de capitais nacionais de porte médio e/ou médio-grande e também do grande capital estrangeiro; b.1) ao primeiro segmento podemos destacar o incremento de empresas cujos conselheiros eram proprietários de construtoras mais voltadas à construção civil e incorporadoras do que a grandes obras de infraestrutura, seguido de uma miríade de empresas de diferentes atividades econômicas, mas que, salvo exceções, não se caracterizavam como grandes grupos. Para se ter uma ideia da debandada, dos 21 grandes grupos de capital nacional e nacional transnacionalizado ranqueados na tabela IV, apenas 6 permaneceram até 2010; b.2) ao segundo segmento, além de banco, montadoras e comércio em aeroportos, nos parece que houve uma maior preocupação à convocação de empresários que atuavam na prestação de serviços que exigem alta tecnologia e especializadas em determinadas áreas de atuação, caracterizando-se como verdadeiras *outsourcings* – empresas que são subcontratadas (terceirizadas) por outras, traduzindo e retroalimentando a histórica dependência tecnológica do país; c) como observado, houve forte incremento de grupos e firmas de capital nacional, não transnacionalizado e não associado, e com

¹⁵ Retirado de <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/510>>. Acesso 19/09/2013. Em nossa pesquisa, deparamo-nos, algumas vezes, com situações em que “lideranças de ilibada conduta” – critério plasmado na lei 10.683/03 para pertencer à plenária do CDES – são acusadas de fraudes, desvios e abuso de poder, dentre outras irregularidades. A pesquisa não se vocaciona ao trato da pequena política (“a política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas”, no dizer de Gramsci), mas é bastante revelador e impressionante a que custo alcançou o pragmatismo assumido pelos dirigentes petistas em sua aliança com setores da grande burguesia brasileira.

¹⁶ Retirado de <http://veja.abril.com.br/140503/p_038a.html>. Acesso em 19/09/2013.

reduzido volume de capital se comparado aos seus antecessores; d) o já reduzido número de grupos nacionais associados praticamente desapareceu no Conselho, restando apenas a Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), representado por seu sócio-majoritário, conselheiro-empresário-permanente Abílio Diniz.

4) Conclusão: o CDES como baluarte da “democratização às avessas”

De que maneira as hipóteses se relacionam com a bibliografia sobre o CDES? Ora, não existe qualquer pesquisa, estudo ou análise historiográfica sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social a partir de uma posição que considere as classes e frações de classes que o compõem, tampouco as formas organizativas da sociedade civil burguesas a elas coligadas. O arcabouço teórico-metodológico aqui adotado para o estudo das relações entre Estado e Sociedade Civil no capitalismo contemporâneo alinha-se à tradição marxista e ao pensamento gramsciano particularmente¹⁷. Como se sabe, o corpo teórico e metodológico imbrica-se intimamente e informa a elaboração de hipóteses e o trato com as fontes primárias. Portanto, nossa pesquisa credencia-se pela *originalidade* no estudo do CDES e *contraria* abordagens de escopo liberais (em geral neoinstitucionalistas)¹⁸ sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil e, por outro lado, *questiona* as que o enxergam como *locus* de avanço das formas participativas e de democratização do Estado e de “democratização da democracia”.

Um estudo sobre os autores que produziram trabalhos relevantes sobre o CDES mostra que existem, grosso modo, duas abordagens predominantes e complementares: uma que enfatiza a importância institucional do Conselho como órgão que recupera tradições do PT e aspirações de entidades da sociedade civil por participar no processo decisório¹⁹ e outra que destaca sua virtude “conciliadora” e “contratualista” entre os segmentos que o compõem, necessário a construção de um projeto de “desenvolvimento” para o país.²⁰ Não existem separações rígidas entre as duas abordagens, mas diferenças de enfoque. Ambas defendem que o CDES inaugurou uma nova relação

¹⁷ O conceito de sociedade civil em Gramsci procura dar conta das formas pelas quais as classes e frações de classes em luta *organizam-se, articulam-se, produzem e disseminam visões de mundo* adequadas ou ao universo burguês. Ela é constituída por associações, clubes, igrejas, partidos, sindicatos, revistas e jornais, entidades das mais diversas – aparelhos privados de hegemonia - que se articulam no Estado restrito.

¹⁸ O neoinstitucionalismo é um programa de pesquisa que tenta compreender como os arranjos institucionais estatais ou sociais afetam diferentes desempenhos e trajetórias do capitalismo e estruturam ou “moldam” o comportamento e as preferências dos atores sociais.

¹⁹ Compartilham desta visão os seguintes autores: KOWARICK, Lúcio (2003). Para o autor, conjunto de tradições políticas emanadas do próprio partido seria decisivo para se entender “a decisão política em criar o Conselho baseado na democracia por consenso, que favorece a conciliação paulatina de pontos divergentes e a aproximação de posições opostas” (p. 05); TÁPIA (2007); GARCIA (2010) e KUNRATH (2012);

²⁰ É o caso de autores como: COSTA (2006). A autora afirma que a criação do Conselho visaria a construir um “processo dialógico” que se iniciaria com a explicitação dos interesses e conflitos e de um trabalho de “concertação” progressivo na produção de um acordo mútuo sobre os desafios e problemas que assolam o país.” (p.149). Na mesma linha de raciocínio, FLEURY (2006) compreende a criação do CDES como uma “inovação social”, na medida em que “amplia a esfera pública” ao introduzir numa mesma arena de discussão atores sociais que não interatuam em outras situações; e RIBEIRO (2010).

entre Estado e Sociedade, a partir da participação de variadas e poliformes entidades da sociedade civil em seu interior. A hipótese de “democratização do Estado” que ele supostamente aprofundou é também compartilhada por boa parte desta literatura, sendo recorrente seu enfrentamento à tradição autoritária e patrimonialista do Estado no Brasil, na medida em que enfrenta a “velha tradição política do corporativismo estatal e depois a dos ditos anéis burocráticos” (TÁPIA: 2007, 201).

É de difícil sustentação que o CDES se caracterizava como uma arena voltada a “democratização do Estado” e é ainda mais difícil a comprovação de que ele seria uma plataforma de acolhimento e atendimento das demandas dos setores populares. Os analistas e pesquisadores do CDES o estudaram a partir do que *ele diz ser e não efetivamente do que ele é*: não investigaram o *conteúdo social* do Conselho – as classes e frações de classes da sociedade brasileira ali representadas e o peso político-econômico que elas, organizadas sob forma de monopólios e através de robustos aparelhos privados de hegemonia, expressavam na correlação de forças sociais do capitalismo no Brasil na primeira década do século XXI. Não o fizeram, muito provavelmente, por que as concepções de sociedade civil e de Estado que os informam estão ancoradas na matriz liberal: ao Estado, preferem concebê-lo como um ente que “paira” sobre a sociedade e dela o faz refém, à sociedade civil corresponde o império da “solidariedade”, da busca pelo “bem comum” através da participação “voluntarista”, “desinteressada” e “responsável”. Ao assim enxergar, estes estudos desconsideram as análises de classe, ofuscando o entendimento das lutas e disputas entre as classes e frações de classe organizadas em ambas as esferas.

Buscando escapar desta miopia teórica, perscrutamos a fundo a composição social do Conselho e vislumbramos fortíssimas assimetrias representativas entre os grupos sociais que o compunha. A considerar que as Plenárias – e, por conseguinte, os Grupos de Trabalho, os Grupos de Acompanhamento e outras instâncias internas do Conselho – continham superconcentração de megaempresários que representavam os setores mais avançados do capitalismo brasileiro como, então, defender a hipótese de “democratização”? Desde muito cedo que o Estado capitalista no Brasil abriga amplos setores da burguesia – e agrária – brasileira, como mostra estudos da Prof^a Sonia Regina de Mendonça (1997 e 1998). Por que acreditaríamos que chegaria a vez dos setores populares com a ascensão do PT ao comando do governo federal, nos reveses de trajetórias e nas dramáticas circunstâncias em que a “vitória na derrota” ocorreu? Tornar-se-ia vigorosa a antecipação da hipótese de “democratização do Estado” via conselhos (ao menos no que tange ao CDES), tomada a partir de experiências locais das administrações petistas (e mesmo aí há muitas controversas), desconsiderando a conformação e organização classista em seu interior?

A menos que se pense que políticas públicas voltadas ao crescimento da economia capitalista e a decorrente satisfação dos interesses de acumulação do capital seja condição *necessária e suficiente* para a melhoria das condições de vida e de trabalho das classes subalternas,

não há razão para acreditar que o CDES representou um avanço no atendimento das demandas distributivistas dos trabalhadores. Ofereço aqui três exemplos, todos discutidos e aprovados pelo Conselho: a Reforma da Previdência, as Parcerias Público-Privadas (PPP's) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As entidades patronais solicitaram e aplaudiram quando os governos Lula da Silva as implantaram:

Em suma, o País precisa urgentemente expandir sua taxa de investimento. A luz no fim do túnel surge com a PPP. Postergar a aprovação da lei das parcerias pode gerar uma crise econômica e social que ninguém sabe ao certo as conseqüências. A questão demanda uma solução rápida por parte do Congresso e do governo federal. E que venha logo (ALBUQUERQUE, 2004).

Para a Fiesp, o Programa de Aceleração do Crescimento, anunciado pelo presidente Lula em final de janeiro, merece toda a aprovação. (...) Nos últimos dois anos e meio (...) Skaf tem pregado, insistentemente, a necessidade de o Brasil crescer. (...) Propostas nesta direção foram desenvolvidas em conjunto pela Fiesp e pelo Iedi ao longo de 2006. Pouco antes das eleições de outubro, as sugestões foram entregues aos congressistas e candidatos ao governo estadual e à Presidência da República. Muitas estão contempladas no PAC (Salem, 2007).

A captura da democracia realizada pelo e no CDES não se refere apenas à lógica quantitativa “1 conselheiro = 1 voto” e, por isso, a média de 46 empresários num total de 90 conselheiros comprometeria uma suposta eficácia democrática. Este argumento é verdadeiro, ainda que seja insuficiente: a) a super-representação garantia a eles maior força e coesão política e social interna para propor pautas, defender posições, direcionar encaminhamentos, ocupar espaços decisivos; b) muitos militavam nas mesmas entidades de classe na sociedade civil, promoviam e frequentavam lugares-comuns de sociabilidade (palestras, seminários, eventos sociais etc), compartilhavam atuações em outras agências estatais, interligavam-se, como pudemos comprovar (cf. GUIOT: 2012), numa teia de participações acionárias próprias do mundo corporativo, permitido convivências próximas nos conselhos de administração, nas reuniões de diretorias e de negócios etc.

Ex-sindicalistas gestores de fundos de pensão, grandes banqueiros ou prepostos nacionais e estrangeiros, proprietários de grandes grupos privados industriais e comerciais, sem esquecer a presença - minoritária, é verdade, mas nem por isso sem importância - do agronegócio, dirigentes de empresas estatais, debateram, formularam e se articularam no “Conselhão do Lula” as linhas-mestras da atuação econômica e social do Estado no curto, médio e longo prazo. De fato, o CDES não era a única arena de articulação destes atores no interior do Estado, mas trazia como peculiaridade um projeto de convencimento em que o formato da democracia passava necessariamente pela formulação de uma engenharia institucional a qual seu conteúdo precisava contemplar os interesses da grande burguesia monopolista e se converter em “interesses gerais” pela via do Estado.

Permitimo-nos, portanto, reafirmar a hipótese que se trata de um Conselho burguês-empresarial, ainda que houvesse presença minoritária de setores das classes populares, mas

convencidos em participarem da construção de um espaço cuja amplitude democrática tinha limites bem precisos e projetos mais ou menos definidos.

5) Referências bibliográficas e fontes

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. *Crise no setor público e as PPP's*. Revista da Indústria, nº 102, dezembro de 2004.

ALMEIDA, Rodrigo. *Caixa 1 dos interesses*. Revista Inteligência. Nº 36, Ano IX, 1º Trimestre de 2007. Disponível em <http://www.insightinteligencia.com.br/36/PDFs/mat_03.pdf>.

BIANCHI, Álvaro. *Um Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Os conselhos do CDES: experimento sem conclusão*. Revista Insight Inteligência, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. PINHEIRO, Bruno. PHILIGRET, Celeste. e BALANCO, Paulo. Modelo Liberal-Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010.

FLEURY, Sonia (2006). O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula. In: BRASIL, Secretaria de Relações Institucionais. *Reflexões sobre o CDES*.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. RJ: SPSJV, UFRJ, 2010.

GUIOT, André Pereira (2012). *A presença dos Grupos Financeiros e suas Associações no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2006)*. Anais do I Seminário em História Política e do Poder da UFF e IV Colóquio Internacional do Laboratório Cidade e Poder. Disponível em <http://www.historia.uff.br/lcp/files/2012_coloquio_anais.pdf>. Acesso em 22/09/2013.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular. In CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010.

KOWARICK, Lúcio (2003). O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção.

KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada: os casos da Espanha e do Brasil*. Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. RJ Elsevier, 2011.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. SP: Expressão Popular, 2009.

MATEOS, Simone Biehler. *A construção da democracia participativa*. Revista Desenvolvimento, ano 8, nº 65, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. SP: Hucitec, 1997.

_____. *Agronomia e poder no Brasil*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

MOREIRA, João Paulo de Oliveira. *O empresariado siderúrgico organiza suas demandas: O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) como Aparelho Privado de Hegemonia (1976-1988)*. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil. Uberlândia, 2012. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/067.pdf>>.

NEVES, Lúcia Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. SP: Xamã, 2005.

RIBEIRO, Daniela M. De Franco. *A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento?*. Recife: 2010.

SALEM, Armando V. *Enfim, a opção pelo crescimento*. Revista da Indústria, nº 125, fevereiro 2007.

TAPIA, Jorge R. Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: DINIZ, Eli (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. RJ: FGV, 2007.